

Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;
 Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho;
 Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;
 Declaração de Rectificação n.º 13-E/98, de 31 de Agosto;
 Decreto-Lei n.º 324/99, de 18 de Agosto;
 Decreto-Lei n.º 325/99, de 18 de Agosto;
 Decreto-Lei n.º 149/2002, de 21 de Maio;
 Decreto-Lei n.º 148/2002, de 21 de Maio;
 Decreto-Lei n.º 144/2002, de 20 de Maio;
 Decreto-Lei n.º 143/2002, de 20 de Maio;
 Decreto-Lei n.º 142/2001, de 24 de Abril;
 Decreto-Lei n.º 141/2002, de 24 de Abril;
 Decreto-Lei n.º 84/2002, de 5 de Abril;
 Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril;
 Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março;
 Decreto Regulamentar n.º 13/2000, de 16 de Setembro;
 Portaria n.º 282/2000, de 22 de Maio;
 Decreto-Lei n.º 54/2000, de 7 de Abril;
 Decreto-Lei n.º 518/99, de 10 de Dezembro;
 Decreto-Lei n.º 807/99, de 21 de Setembro;
 Declaração de Rectificação n.º 13/99, de 21 de Agosto;
 Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;
 Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro;
 Decreto-Lei n.º 195/97, de 31 de Julho;
 Decreto Regulamentar n.º 28/97, de 21 de Julho;
 Portaria n.º 968/95, de 9 de Agosto;
 Decreto-Lei n.º 275/95, de 25 de Outubro;
 Decreto-Lei n.º 276/95, de 25 de Outubro;
 Decreto-Lei n.º 217/96, de 20 de Novembro;
 Decreto-Lei n.º 233/94, de 15 de Setembro;
 Decreto-Lei n.º 34/93, de 13 de Fevereiro;
 Decreto-Lei n.º 2/93, de 8 de Janeiro;
 Decreto-Lei n.º 247/91, de 10 de Julho;
 Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho;
 Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho;
 Decreto-Lei n.º 299/85, de 29 de Julho;
 Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho;
 Decreto-Lei n.º 41/84, de 3 de Fevereiro;
 Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro;
 Decreto-Lei n.º 503/99, de 20 de Novembro;
 Lei n.º 30-C/92, de 28 de Dezembro;
 Decreto-Lei n.º 215/87, de 29 de Maio;
 Decreto-Lei n.º 191-A/79, de 25 de Junho;
 Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro;
 Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto;
 Rectificação n.º 2563/2002, de 21 de Dezembro;
 Aviso n.º 12 737/2002, de 13 de Dezembro;
 Aviso n.º 7722/2002, de 18 de Junho;
 Aviso n.º 11 730/2001, de 26 de Dezembro;
 Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de Fevereiro;
 Portaria n.º 162/96, de 27 de Fevereiro;
 Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro;
 Lei n.º 65/93, de 26 de Agosto;
 Lei n.º 8/95, de 29 de Março;
 Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro;
 Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto;
 Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei n.º 19/80, de 16 de Julho;
Docentes Universitários (O Estatuto da Carreira Docente Universitária), Arnaldo Azevedo, Vida Económica, 2.ª ed., Porto, 1999;
Função Pública — Administração Central e Local. Regime Jurídico, Manuel Tavares, 2.ª ed.

B — Contabilidade pública:

Decreto-Lei n.º 155/92, de 28 de Julho;
 Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de Setembro;
 Decreto-Lei n.º 196/99, de 8 de Junho;
 Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho;
 Lei n.º 2/2002, de 28 de Agosto;
 Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro;
 Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto;
 Decreto-Lei n.º 196/99, de 8 de Junho;
 Portaria n.º 794/2000, de 20 de Setembro;
 Decreto-Lei n.º 252/97, de 26 de Setembro;
 Lei n.º 113/97, de 16 de Setembro;
 Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto;
 Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro;
 Decreto-Lei n.º 71/95, de 15 de Abril;
 Lei n.º 53/93, de 30 de Julho;
 Lei n.º 8/90, de 20 de Fevereiro;
 Portaria n.º 303/2003, de 14 de Abril;
 Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril;
 Decreto-Lei n.º 192/95, de 28 de Julho.

C — Serviços Académicos:

Decreto-Lei n.º 283/83, de 21 de Junho;
 Decreto-Lei n.º 316/83, de 2 de Julho;
 Decreto-Lei n.º 216/92, de 13 de Outubro;
 Decreto-Lei n.º 216/97, de 18 de Agosto;
 Despacho n.º 11 091/2003 — Regulamento ao Grau de Doutor (publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 4 de Junho de 2003).

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Reitoria

Despacho n.º 5472/2005 (2.ª série). — Por despacho reitoral de 25 de Fevereiro de 2005:

Prof. Doutor José António Brito da Silva Girão, professor catedrático e pró-reitor da Universidade Nova de Lisboa — concedida equiparação a bolseiro fora do País no período de 16 a 19 de Fevereiro de 2005.

23 de Fevereiro de 2005. — Pela Administradora, (*Assinatura ilegível.*)

Despacho n.º 5473/2005 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Janeiro de 2005 do reitor da Universidade Nova de Lisboa, Prof. Doutor Leopoldo José Martinho Guimarães, foram nomeados os professores a seguir indicados para fazerem parte do júri das provas para obtenção do título de agregado no grupo de disciplinas Promoção de Protecção da Saúde, requeridas pela Prof.ª Doutora Maria Isabel Guedes Loureiro, da Escola Nacional de Saúde Pública desta Universidade:

Presidente — Reitor da Universidade Nova de Lisboa.
 Vogais:

Doutor João Carlos Campos Gomes Pedro, professor catedrático da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.
 Doutor José Manuel Lage Campelo Calheiros, professor catedrático da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade da Beira Interior.
 Doutor Júlio Domingos Pedrosa da Luz de Jesus, professor catedrático da Universidade de Aveiro.
 Doutor António Manuel Bensabat Rendas, professor catedrático da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa.
 Doutor Fernando Manuel dos Santos Galvão de Melo, professor catedrático da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa.
 Doutor António Fernando Correia de Campos, professor catedrático da Escola Nacional de Saúde Pública da Universidade Nova de Lisboa.
 Doutor José Manuel Domingos Pereira Miguel, professor catedrático convidado da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa.

28 de Fevereiro de 2005. — A Administradora, *Fernanda Cabanelas Antão*.

Faculdade de Economia

Aviso n.º 2564/2005 (2.ª série). — *Aviso de abertura.* — «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.» — 1 — Nos termos do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso, devidamente autorizado por despacho do director da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa de 21 de Fevereiro de 2005, se encontra aberto concurso interno de ingresso para selecção de um estagiário com vista ao provimento na categoria de técnico superior de 2.ª classe do quadro de pessoal não docente desta Faculdade, criado pela Por-